



## **ATA Nº 5/2016**

### **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR**

----- Aos vinte e seis dias do mês de novembro do ano dois mil e dezasseis, no Auditório da Câmara Municipal de Rio Maior, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Rio Maior, sob a presidência de António Manuel Silva Arribança. Secretariaram a presente sessão os Deputados Municipais Carlos Jorge Coelho Neto e Carla Cristina Machado Rodrigues Dias (em substituição) respetivamente Primeiro e Segunda Secretários da Mesa. A Câmara Municipal de Rio Maior fez-se representar pela Presidente, Isaura Maria Elias Crisóstomo Bernardino Morais. Assistiram também à presente sessão os Vereadores da mesma Câmara Municipal, Carlos Fernando Frazão Correia, João António Lopes Cadoso, Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo, Carlos Alberto Nazaré Almeida, Daniel Alexandre Pulquério Pinto e Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo. -----

#### **----- JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS -----**

----- Nos termos da alínea j) do número 1 do Artigo 9º do Regimento da Assembleia Municipal, foram justificadas as faltas dos Deputados João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira, António Manuel da Silva Moreira, Ivan Carlos Fernandes Abreu Cruz e Costa, procedendo-se à respetiva substituição. Foi também justificada a falta da Presidente da Junta da União de Freguesias de Marmeleira e Assentiz, não se procedendo a substituição por impossibilidade de convocatória. -----

----- Pelas catorze horas e trinta minutos, verificando-se a existência de quórum (27 presenças), o Presidente da Assembleia deu início aos trabalhos da presente sessão (anexo 1). -----

#### **----- PONTO PRÉVIO -----**

#### **----- APROVAÇÃO DE ATAS -----**

----- Foi colocada a discussão e votação a ata n.º 4/2016 referente à sessão ordinária de 25 de junho. -----

----- Aprovada a ata n.º 4/2016 por unanimidade dos presentes com direito de voto, com 24 votos a favor, não participando na votação, por não terem estado presentes na anterior sessão, os Deputados Rui Miguel da Costa e Silva e Ana Catarina Coelho Pinto e o Presidente da Junta de Freguesia de Alcobertas (27 presenças). -----

#### **----- CORRESPONDÊNCIA -----**



----- Pelo Primeiro Secretário foi feita a leitura da correspondência recebida e expedida pelos serviços da Assembleia Municipal, conforme anexo 2. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Previamente à entrada no período antes da ordem do dia e de abrir as inscrições para intervenção dos membros da Assembleia Municipal, deu conhecimento de que foi apresentada à Mesa uma Moção de Censura pelo MICRM (anexo 3) pela decisão de solicitar projetos para espaços públicos riomaiorenses e avançar com a contratação sem consulta dos munícipes. Foi lida pelo Primeiro Secretário, será discutida no período de antes da ordem do dia e votada logo após o período de intervenção dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- O Presidente da Assembleia Municipal abriu as inscrições para este período. -----

----- Inscreveram-se para intervir os seguintes Deputados Municipais e Presidentes de Junta de Freguesia: -----

----- Deputado Francisco Manuel Carriço Pereira Esperto -----

----- Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa -----

----- Deputado Paulo Manuel Santos Colaço -----

----- Deputada Joana Filipa Ferreira Tirano -----

----- Deputada Vera Alexandra Costa Simões -----

----- Deputada Suzana Margarida dos Santos Candeias -----

----- Deputado Nuno Gonçalo Vitorino Raimundo -----

----- Presidente da Junta de Freguesia de Arrouquelas -----

----- Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião -----

----- Deputado António Carlos e Silva Antunes Figueiredo -----

----- Deputado Filipe Montez Coelho Madeira -----

----- Deputada Carla Cristina Machado Rodrigues Dias -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputado Francisco Manuel Carriço Pereira Esperto** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Intervenção transcrita na íntegra conforme documento escrito apresentado: -----

----- “Dizer que é com prazer que expresso satisfação pelas Comemorações do Feriado Municipal ocorridas no passado dia 6. A este respeito, muito gostaria de notar a afluência de público em grande número, o que revela interesse e compromisso dos



Riomaioreses em contribuir para um cada vez melhor Rio Maior, aliás, envolvimento crescente que já se tem vindo a verificar também em outras atividades. -----

----- Ainda a propósito do envolvimento dos Riomaioreses, aproveito também para realçar a disponibilidade sempre demonstrada pelos industriais deste Concelho, aliás de entre eles um dos homenageados neste 6 de Novembro. Infelizmente e no que diz respeito aos industriais, apesar do contributo e disponibilidade, verifica-se que a Zona Industrial ainda continua a aguardar o tão esperado placard de sinalização indicando as indústrias presentes. Por outro lado, a Zona Industrial aguarda ainda por passeios, bermas e reparação de buracos nas ruas e rotunda principal. Espera-se ansiosamente que na vigência deste orçamento se procedam a estas tão importantes melhorias.” -----

----- **Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Interveio para dizer que faz um ano que tomou posse o governo minoritário do Partido Socialista (PS) com a posição conjunta assumida entre o Partido Comunista Português (PCP) e o PS, no apoio na Assembleia da República das medidas acertadas entre ambos e ainda com o Bloco de Esquerda (BE) e o Partido Ecologista “Os Verdes” (PEV). Lembrou que a direita portuguesa, europeia e internacional tudo fez para que esta solução governativa e parlamentar nem sequer chegasse a ser proposta, quanto mais ser uma solução mas que certo é que, este ano, nos mais diversos capítulos democráticos se verificou uma reposição dos rendimentos e pensões, reversão de medidas más aplicadas pelos governos do Partido Social Democrata (PSD) e Partido Popular (CDS-PP) cumprindo-se o défice abaixo de 3%, entre outras medidas tomadas como a gratuidade dos manuais escolares para o 1º ciclo, a reposição dos feriados e continuou dizendo que, queira um governo minoritário do PSD romper com as imposições absurdas da União Europeia e de exigir a renegociação da dívida em prazos, montantes e juros que sejam compatíveis com a capacidade de Portugal responder, manter-se-á, naturalmente, esta situação de apoio, colocando o interesse dos trabalhadores e de todo o povo português acima de outros para se conseguir um Portugal democrático, soberano e desenvolvido. Disse ainda que se realizará no início do mês de dezembro o XX Congresso do PCP e que o concelho de Rio Maior estará presente com dois delegados com o objetivo de contribuir para um PCP mais forte, mais atuante e que dê respostas aos problemas dos trabalhadores da classe operária e do povo português. -----



----- De seguida questionou novamente acerca da situação da ligação da água à Vila da Marmeleira, já que neste momento a população se encontra revoltada porque não se entende quais são as razões da demora fazendo agora um ano que os trabalhos se iniciaram e solicitou que lhe fossem dadas datas concretas para a ligação, alertando para o facto de que quando esta ligação for executada será necessário informar as pessoas para que possam desligar as bombas que têm e não existirem problemas secundários derivados da ligação. Alertou igualmente para um conjunto de reclamações que lhe têm chegado, não só devido a esta situação mas a um problema que já vem de trás que é a falta de pressão nomeadamente nas zonas que se encontram próximo do depósito de água mas também outras que se encontram em zonas mais altas na zona de Assentiz. -----

----- Finalizou referindo-se ao falecimento de Fidel Castro fazendo uma pequena exposição do homem e do seu percurso de luta. -----

----- **Deputado Paulo Manuel Santos Colaço** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Voltou a referir o problema da ligação da Estrada Nacional 114, desde a rotunda das portagens da A15 e o Gato Preto à entrada de Rio Maior, salientando, mais uma vez, que aquele troço está cada vez mais perigoso para automobilistas e peões, em especial na época das chuvas, pela inexistência de circuito pedonal e marcações de pavimento visíveis. Referiu que teve conhecimento da realização de uma reunião com o Secretário de Estado para tratar deste problema, da reabilitação do pavimento do IC2 e do encerramento do nó do IC2 de ligação à cidade de Rio Maior e, como tal, gostaria de saber quais as conclusões da mesma. Terminou dizendo que sabe que estas obras não são responsabilidade do município mas que este tem responsabilidades legais sobre esta matéria que têm a ver com a defesa do interesse da segurança e da qualidade de vida das populações do concelho. -----

----- Solicitou informação relativamente à obra de substituição das passadeira na cidade de Rio Maior questionando, nomeadamente se as anteriores passadeiras em calçada não foram aprovadas por executivo camarário e se o foram, se não estavam legais?; Se existem estudos que suportam esta substituição e se sim, solicitou cópia; qual o valor desta obra? E se as passadeiras estavam mal construídas porque só agora foi efetuada a sua substituição? -----

----- Por fim, disse que teve conhecimento de que os munícipes moradores na Rua da Paz foram convocados dia 25 de novembro para uma reunião na Câmara Municipal a



realizar no dia 29 de novembro pelas 9 horas e 30 minutos sobre assuntos relacionados com a situação de trânsito na Rua da Paz, afirmando que esta não é a maneira mais correta de convocar os munícipes assim como o horário proposto. Solicitou esclarecimentos sobre a situação para assim conseguir elucidar aqueles munícipes que estando a trabalhar não poderão estar presentes na reunião. Disse ainda que defende que deve haver um programa de segurança rodoviária não só para a cidade mas também para as freguesias porque a segurança rodoviária diz respeito a todos os riomaiorenses. -----

----- **Deputada Joana Filipa Ferreira Tirano** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por ser referir ao orçamento participativo jovem dizendo que esta prática permite que os jovens cidadãos do município de Rio Maior consigam participar e ter decisão numa verba, ainda que pequena, de uma parte do orçamento da Câmara Municipal. Lembrou que o projeto vencedor foi o de “Introdução à Língua e Cultura Chinesa” com orçamento de três mil euros que será desenvolvido durante doze meses. Considerou que se trata de um projeto de extrema utilidade porque o mandarim é a língua mais falada a nível mundial neste momento, por isso, é importante deixar os jovens de Rio Maior que querem ser englobados nesta tendência, acrescentando que é, no entanto, pena que seja dirigido apenas a jovens até aos trinta anos porque considera que teria adesão por parte de empresas e outras faixas etárias.

----- Acerca de Fidel Castro afirmou que como jovem lhe custa ouvir qualquer exultação ao homem e ao ditador que foi. -----

----- **Deputada Vera Alexandra Costa Simões** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Relativamente à moção apresentada disse que o sentido de voto da bancada do PS é a favor porque lhes parece importante que efetivamente seja realizada uma apresentação pública dos projetos referidos na mesma. -----

----- Continuou dizendo que uma vez que o ano está a terminar lhe parece oportuno realizar uma pequena análise sobre a situação que o país atravessa e partilhar algumas reflexões e preocupações e também alguns contentamentos. Referiu-se à estagnação do mercado de trabalho como um problema sério do país, com uma taxa de desemprego ainda de 10,5% da população ativa, mas com melhorias em relação a



2015 que era de 12,5%, e desemprego de longa duração e a emigração, fatores que comprometem o desenvolvimento económico e o avanço do país no médio/longo prazo. Considerou que é, por isso, urgente prosseguir políticas de recursos humanos que valorizem e potenciem os ativos existentes no país e que se criem condições para que os trabalhadores mais qualificados fiquem em Portugal. Disse acreditar que só com a retoma do investimento empresarial é que o país poderá crescer e criar mais e melhores empregos e que o Governo, nesta matéria, tem desenvolvido alguns esforços, assim como em criar condições de atratividade de investimento direto estrangeiro para o país que permita a expansão de recursos financeiros e não financeiros na economia, dinamizando e reforçando a competitividade do tecido económico, ações que, em seu entender, o Governo tem vindo a desenvolver, podendo disso ser mostra o recorde de candidaturas aprovadas ao Portugal 2020 onde as pequenas e médias empresas obtiveram os melhores resultados de sempre no instrumento que apoia o desenvolvimento de ideias inovadoras deste tipo de empresas, *SME Instrument phase 1*. Referiu ainda que o indicador de clima económico no último trimestre do ano, segundo dados do INE (Instituto Nacional de Estatística), registou uma melhoria generalizada em alguns indicadores de confiança em particular no setor do comércio a retalho, o que, em seu entender, dá a perceção de que a economia parece estar a crescer dando alguns sinais positivos de confiança aos investidores. Disse, por tudo isto, que lhe parece que o Orçamento de Estado (OE) pode ser um instrumento capaz de garantir a estabilidade fiscal e a reposição de rendimentos repondo a normalidade depois do período de ajustamento, não deixando no entanto de referir que ainda se regista um certo nível de endividamento das empresas portuguesas que configura um entrave ao crescimento, mas que este OE pode dar sinais claros para as empresas apoiando as empresas que investem reforçando os capitais próprios, que inovam e as internacionalizadas. Salientou também o empenho do Governo em atrair investimento estrangeiro em particular projetos que criem emprego e atraiam novas competências para Portugal e que é através de um país mais moderno e mais produtivo que se pode almejar tal objetivo promovendo a inovação e a melhoria tecnológica da indústria, medidas apoiadas por alguns programas em curso. Deixou ainda um apontamento sobre a questão das energias e a redução do custo de eletricidade para mais de setecentas mil famílias e a introdução automática da tarifa social, sendo exemplo disso o concelho de Rio Maior onde mil e quinhentas famílias beneficiaram dessa tarifa. Terminou registando com



agrado o facto de a economia portuguesa ter crescido um pouco acima das expectativas com o Produto Interno Bruto (PIB) a acelerar para uma taxa de crescimento homóloga de 1,6 % no terceiro trimestre, o que, traz algum ânimo ao país.-----

----- **Deputada Suzana Margarida dos Santos Candeias** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Questionou se a exemplo de dezembro do ano anterior vão abrir as lojas sociais e se sim quais são os critérios e requisitos necessários para a sua atribuição e as contrapartidas e custos que a autarquia disponibiliza. Explicou que esta intervenção resulta de contactos de munícipes com sentido de injustiça pois pagam impostos no concelho e sentem a existência de concorrência desleal. Acrescentou que é a favor que as instituições de solidariedade social e coletividades possam angariar fundos para a realização do seu objeto social através destas lojas e da existência de um regulamento que estabeleça critérios transparentes, claros e rigorosos e de áreas de negócios bem definidas e claras. -----

----- De seguida questionou também o que está previsto, e para quando, os melhoramentos no parque de estacionamento do centro escolar 2, designadamente as grelhas para escoamento das águas e arranjo da zona circundante. -----

----- **Deputado Nuno Gonçalo Vitorino Raimundo** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Manifestou o seu apreço por ter visto uma peça que faz parte da história industrial da cidade em exposição pública, nomeadamente a vagonete de transporte de minério e que tal sirva para sua exposição em definitivo, já que considera que importa dignificar a relação que a cidade sempre teve com a sua indústria inclusive a de montagem de veículos Magirus e a indústria de construção e montagem de semirreboques. Nesse sentido sugeriu que o Executivo Municipal possa fazer pressão junto do Governo para saber em que ponto estão as negociações com a Tesla e demonstrar total abertura em participar no processo da vinda desta unidade para Portugal. Afirmou ainda que em Rio Maior existe uma zona industrial de excelência, exploração de energias limpas e até o primeiro Tesla matriculado em Portugal que foi importado por um cidadão desta cidade. -----

----- **Presidente da Junta de Freguesia de Arrouquelas** -----





----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Interveio para questionar acerca do transporte de crianças de Arrouquelas, Assentiz e Marmeleira para o centro escolar de São João da Ribeira porque foi confrontado pelos pais de que iria acabar uma carreira e as crianças do pré-escolar teriam que ficar até ao final do dia e virem apenas quando as crianças do ensino básico terminassem as aulas. -----

----- **Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Deu conta que se realizou no último domingo a 1ª Volta de Atletismo da Freguesia de São Sebastião integrada no XXIX Torneio das Freguesias do concelho e que foi um êxito não só pelo número de atletas mas também pela participação e envolvimento das associações e coletividades locais, o que contribui para o sucesso da prova. Lamentou só agora esta prova ter sido concretizada naquela freguesia e desejou que se continue a realizar a partir de agora, agradecendo, desde logo, ao Executivo Municipal pelo apoio dado e ao Senhor Jorge Miguel pela organização da mesma. -----

----- Agradeceu ainda ao Executivo Municipal as homenagens feitas no feriado municipal, que assim como todas aquelas que foram já propostas pelo próprio, tiveram muita ponderação e reflexão, acrescentado que esta última o emocionou de forma especial por se tratar de jovens que fazem parte da direção da associação e dedicam o seu tempo em prol do bem da comunidade da freguesia e, por isso, quis fazer o reconhecimento público aquelas instituições que têm sido homenageadas desde que que é autarca naquela freguesia. -----

----- **Deputado António Carlos e Silva Antunes Figueiredo** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Relativamente às intervenções das Deputadas Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa e Vera Alexandra Costa Simões, referiu, no que respeita à primeira, que com toda a certeza se queria referir ao Governo minoritário do PS e não do PSD, porque é este que governa com o apoio do PCP e BE, e em relação à segunda, congratulou-se com a síntese feita do relatório mas que, em seu entender, se trata de “cortar a fita dos outros” já que se trata de um relatório emitido este ano mas que





reporta ao trabalho de vários anos que culmina no máximo no primeiro semestre de 2016 e que assim sendo, em termos de lançamento de programas remonta à governação anterior. -----

----- De seguida congratulou-se com as comemorações do feriado municipal pela forte afluência da população o que demonstra um crescendo dos riomaiorenses em participarem na vida pública do concelho, dizendo que é um facto que se tem vindo a assistir a uma maior presença dos cidadãos nos eventos promovidos pelo município e também com a vontade de darem a sua opinião. -----

----- Quanto à proposta de moção apresentada julga que irá no sentido de que se envolva mais as populações e considerou que não vê porque estes projetos não possam ser colocados a apreciação pública em tempo oportuno à imagem de outros projetos anteriores como, por exemplo, da requalificação da zona ribeirinha. Reiterou que se trata de uma política que este executivo tem vindo a praticar. -----

----- Relativamente a Fidel Castro disse que, independentemente do perfil como homem, o seu lirismo não conseguiu levar a que Cuba conseguisse traçar o seu lugar no mundo nem tão pouco das populações. -----

----- **Deputado Filipe Montez Coelho Madeira** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Interveio para realçar a organização das comemorações do feriado municipal pela mobilização das diversas entidades locais, pelas personalidades nacionais envolvidas, pela abrangência das homenagens pela sua ação que eleva o nome do concelho. Deixou o seu agradecimento a toda a organização e a todos os homenageados pelo seu trabalho. -----

----- **Deputada Carla Cristina Machado Rodrigues Dias** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Interveio para se referir ao ano de governação do PS dizendo desde logo que até vai andando, com a ajuda da União Europeia que o governo anterior não teve, e também do Presidente da República, mas que ainda se está no primeiro ano dos quatro anos do mandato pelo que não valerá a pena se estar já a festejar exigindo-se, assim, o recato e a calma porque ainda não foi ultrapassada a fase difícil. Disse também que os resultados que hoje se vêm não são só o objeto das políticas deste governo mas também os resultados de uma política de governo anterior que teve que tomar posições difíceis, aceites por todos porque que não havia outra forma de solucionar o problema. Realçou que durante este ano aconteceram situações menos



favoráveis e questionou até que se algumas delas tivessem passado com um governo de direita a controvérsia seria maior com toda a certeza, com pedidos de demissão do governo. De entre as situações referidas nomeou a demissão de ministros por promessas de bofetadas, falsos licenciados, assuntos de governação tratados por amigos do Primeiro-Ministro, ofertas a membros do governo, a lei do sigilo bancário que acabou por ser vetada pelo Presidente da República, as declarações contraditórias do governo e cada um dos ministros e ainda o despique que existe entre PCP e o BE que foi bem patente na discussão do orçamento de estado. Referiu ainda que o investimento público foi na ordem dos 0%, que a dívida que todos reclamavam estar a crescer durante a governação PSD-CDS/PP, continua a crescer e falou ainda na questão relacionada com os rendimentos dos gestores da Caixa Geral de Depósitos, que mesmo depois de uma decisão do Tribunal Constitucional ainda se ouviu ainda alguns deputados do PS a dizer que aquela decisão não interessa. Questionou, por isso, o que diriam o PS, PCP e BE se tudo isto se tivesse passado durante uma governação de um governo de direita. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Antes de dar a palavra à Presidente da Câmara para esclarecimentos, deixou algumas notas. Em primeiro lugar, relativamente à intervenção anterior disse que por muito menos do que foi referido caiu o governo de Santana Lopes e em segundo lugar referiu-se a um tema que sempre lhe foi particularmente caro e, mais uma vez lamenta que tenha passado completamente em branco nesta Assembleia por todos os partidos, considerando esta omissão um branqueamento da história e afirmou que a história não pode, nem deve, ser branqueada. Continuou dizendo que ontem foi 25 de novembro e nenhum partido, nem o PSD, nem o CDS nem ninguém, fala dele, sendo preciso um homem de esquerda chamado António Barreto vir, com imensa lucidez, dar uma entrevista na sequência de um livro por ele coordenado em que historeia o 25 de Novembro e onde diz aquilo que o próprio já aqui disse uma vez: o 25 de Abril não se poderia comemorar se não fosse o 25 de Novembro. Considerou isto branquear história e, em seu entender, é inaceitável que politicamente nada tenha sido dito. Acerca de Fidel Castro afirmou que se branqueia história novamente porque, embora a morte de qualquer pessoa seja sempre de lamentar, no que respeita a Cuba disse ser um dos privilegiados que já lá esteve por mais que uma vez e fez o que poucos fazem e ir a sítios onde os turistas não podem ir e onde os guias não os podem levar sob pena de serem despedidos. Contou ter estado em aldeias e cidades pequenas, ter



falado com o povo cubano e, em sua opinião, Fidel foi uma oportunidade histórica perdida, porque se o regime de Fulgêncio Batista foi efetivamente um regime indiscutível em termos de maldade, de opressão, de repressão, o regime de Fidel, que efetivamente deu enorme esperança aquele povo, não se traduziu rigorosamente em nada disso com pequenas e raras exceções como a saúde e a educação, os cubanos são indiscutivelmente o povo mais culto da América Latina, mas a cultura serve-lhes de muito pouco quando não comem, ou comem mal, não podem sair e fundamentalmente não podem falar. Salientou que quem é merecedor de homenagem é o povo Cubano e não Fidel Castro. -----

----- Deu a palavra à Presidente da Câmara Municipal para esclarecimentos das questões colocadas. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes e pediu que fosse dada a palavra à Vereadora Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo e ao Vice-Presidente Carlos Fernando Frazão Correia, para os esclarecimentos nas áreas em que têm as competências delegadas. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Deu a palavra aos Vereadores da Câmara Municipal para esclarecimentos das questões colocadas. -----

----- **Vereadora Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Esclareceu os deputados municipais em relação às seguintes questões colocadas: -----

----- Transporte de crianças de Arrouquelas, Assentiz e Marmeleira: Informou que foi feita a monitorização de toda a frequência dos transportes escolares, circuitos especiais de todos os horários e de quem os frequenta diariamente, com o acompanhamento semanal do número de frequências nos diferentes horários, e com base no número de frequências seriam então tomadas as decisões relativamente à suspensão ou não de alguns circuitos. Deu conhecimento que no caso concreto do centro escolar Poeta Ruy Belo, o transporte das 16 horas, face ao número de alunos transportados, não vai ser suspenso, o que poderia ter sido informado aos pais se estes tivessem solicitado essa informação diretamente à Câmara Municipal. -----

----- Sinalética na Zona Industrial: Informou que foi realizada uma reunião com a Associação Empresarial na qual esta última se responsabilizou por fazer chegar uma



listagem atualizada das indústrias instaladas para que possam ser notificados no sentido de se chegar a um acordo quanto à localização dos painéis de sinalização na rotunda de acesso à zona industrial. Informou que o projeto está concluído, o custo está apurado e impõe-se que haja, agora, uma conversação com os empresários envolvidos para a definição das condições finais. -----

----- Reunião com moradores da Rua da Paz: Disse que embora a hora possa não ser conveniente para todos a intenção do Executivo e da Comissão de Trânsito, que propôs a reunião, foi a de ouvir e explicar aos moradores a necessidade de alteração da circulação de trânsito naquela zona visto se estarem a realizar obras que obrigam a certas alterações. Disse ainda que em todo o caso qualquer morador poderia ter vindo à Câmara, em qualquer horário, solicitar a alteração do horário ou até mesmo esclarecimentos. -----

----- Lojas solidárias: Esclareceu que não se trata de lojas sociais mas de uma iniciativa que acontece em época natalícia e que tem como fim ser uma mostra do artesanato feito por artesãos do concelho. Informou que não há qualquer ajuda da Câmara para além de lhes proporcionar um espaço e informar acerca do tipo de materiais que pode ser exposto para que não exista qualquer tipo de concorrência com o comércio tradicional aberto todo o ano. -----

----- **Vice-Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Esclareceu os deputados municipais em relação às seguintes questões colocadas: -----

----- Zona Industrial: Informou que está adjudicada a obra para arranjos na zona industrial e que se espera que até final do ano seja concluída e que em relação à colocação da fibra ótica se está a aguardar a mesma listagem atualizada dos empresários para a realização de contactos. -----

----- Água em Marmeleira e Assentiz – obras em depósitos: Informou que a ligação esteve feita e teve que ser suspensa e requer agora um investimento de seis ou sete mil euros devido às incompatibilidades entre o sistema informático e que, em princípio, entre a semana que vem ou a seguinte se irá regularizar toda a situação. Quanto à falta de pressão em Assentiz disse ser um facto esta falta junto aos depósitos mas que nada tem a ver com o fornecimento de água de Assentiz para a Marmeleira. -----

----- Substituição de passadeiras na cidade de Rio Maior: Informou que as passadeiras que estão a ser substituídas dado existirem muitas reclamações e a



Comissão de Trânsito, antes do início da obra, aprovou a sua substituição na totalidade com mais ou menos elevação. No entanto, em sua opinião, os atropelamentos que têm acontecido não por causa das passadeiras mas sim, muitas vezes, pela falta de civismo quer do peão quer dos condutores.-----

----- Obras no Centro Escolar 2: Informou que há um projeto que faz parte do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU) e mobilidade em que se prevê a recuperação de todo o estacionamento atrás do centro escolar, assim como de toda a envolvente à Mina do Espadanal. No que se refere às grelhas disse que a Junta de Freguesia de Rio Maior é que trata dessa situação já que se trata de uma obra da própria junta. -----

----- Moção do MICRM: Realçou que este executivo e o anterior, contrariamente aos que se passava com os anteriores, deu início a este tipo de procedimento de colocar à avaliação dos munícipes os projetos públicos de grande dimensão que estão previstos, foi assim com a requalificação da zona ribeirinha, com a Villa Romana, com o PEDU e até com os instrumentos de gestão anuais. -----

----- Vagonete – Exposição: Esclareceu que foi a EICEL<sup>1920</sup> que a disponibilizou, esta não pertence ao município e que, por isso, foi devolvida aos proprietários. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Esclareceu os deputados municipais em relação às seguintes questões colocadas: -----

----- Moção do MICRM: Afirmou que uma das características da governação dos seus executivos é o facto de fazer questão de prestar contas e fazer sessões públicas de esclarecimentos, referindo que infelizmente tenham sido pouco frequentadas pelos eleitos locais. Reforçou que todos os projetos e documentos da Câmara Municipal estão disponíveis para todo e qualquer cidadão que os queira consultar e os serviços para os esclarecimentos que os munícipes sintam necessidade de solicitar, assim como existe a total abertura para toda e qualquer proposta que partidos e munícipes queiram apresentar no âmbito das obras públicas que foram e que venham a ser projetadas. Terminou dizendo que faz sempre questão de apresentar a todo o seu executivo os projetos pensados e que ao executivo cabe gerir e levar a cabo aqueles que considera ser os melhores projetos para o concelho sendo que ao final dos mandatos cabe a todos e cada um avaliar o trabalho desenvolvido e que correspondem ao programa eleitoral com que se propôs ao cargo. -----



----- Requalificação da Estrada Nacional 114 e IC2: Voltou a referir que o IC2 está sob a tutela da Infraestruturas de Portugal e, por isso, da administração central, e que não pode dar informações que não tem dizendo que foi realizada uma reunião dia 22, da qual muitas pessoas do concelho tiveram conhecimento, e que desde lá explicou já inúmeras vezes dizendo que o nó do IC2 foi fechado em maio de 2016 e que apresentou ao Secretário de Estado os prejuízos causados, as exigências de intervenção imediata e as questões que considerou como mais prementes relativamente à situação. Informou que depois dessa reunião foi publicado em Diário da República no dia 24 o lançamento do projeto de execução para reabilitação da escavação em areeiro – ramo do Nó em Rio Maior no IC2. Disse ainda que outra das questões que foi colocada foi o facto de não obstante a obra existem medidas que têm que ser implementadas a curto prazo como por exemplo implementação de medidas de redução de velocidade, lombas provisórias e semáforos e/ou presença das autoridades fiscalizadoras, dentro da localidade de Asseiceira e em outros pontos de conflito do percurso. Disse ainda que por se esperar que este seja uma obra que levará algum tempo a desenvolver foram apresentadas ao Secretário de Estado duas alternativas: o Nó de Vale de Óbidos e uma outra que o mereceu o agradecimento do próprio pela contribuição para a solução do problema, ficando de se receber no dia 29 ou 30 respostas e a visita do engenheiro que tem acompanhado a situação para avaliar a situação e depois transmitir qual será a solução mais vantajosa em termos de prazos e investimento. -----

----- Orçamento Participativo: considerou que a iniciativa correu muito bem e que será para continuar e até, quem sabe, alargar este orçamento participativo. -----

----- Relatório de Governo: Informou que o desemprego no concelho de Rio Maior era de 5,15% segundo os dados de outubro, que numa população ativa de dez mil habitantes são quinhentos e quinze desempregados inscritos há mais de um ano no Centro de Emprego de Santarém. Disse ainda que concorda que o futuro é a internacionalização, as exportações que é aquilo que se tem feito no concelho nomeadamente através da Desmor, sendo que 45% do seu cliente é estrangeiro e 55% nacional. -----

----- Instalação da Tesla: Informou que são negociações que são próprias do Governo e que não obstante as relações que se possa ter com as mais diversas entidades, trata-se ainda de um processo sigiloso. -----

----- **Deputado João Figueiredo Vargas Lopes** -----



----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Pediu a palavra para solicitar esclarecimentos acerca do período de intervenção dos membros da Assembleia Municipal e o momento de apresentação da Moção dizendo que estava em crer que a mesma seria apresentada e discutida posteriormente e não neste período e que a ausência de apresentação da mesma pode levar a mal entendidos, como se tem verificado pelas intervenções. Acrescentou que a intenção da mesma seria de sugerir um bom procedimento e não criar uma situação de rutura. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Prestou os esclarecimentos solicitados dizendo que como é do conhecimento de todos os membros da Assembleia Municipal as moções, recomendações e votos são apresentados antes da intervenção, discutidos durante este período e votados no final, tal como está regulamentado (artigo 37º, n.º 2) e que foi, inclusive, informado no início da sessão. -----

----- De seguida voltou a ler a moção para de seguida se proceder à votação. -----

----- **Deputado João Figueiredo Vargas Lopes** -----

----- Perante a posição da Mesa da Assembleia Municipal solicitou que a Moção fosse retirada porque, sem o devido enquadramento, não tem o sentido que se pretendia. ---

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

----- **ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO** -----

----- **Assunção de Compromissos Plurianuais** -----

----- **Atividade Municipal (anexo 4)** -----

----- **Atas aprovadas das reuniões da Câmara Municipal** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou os pontos para conhecimento à Assembleia Municipal de acordo com a documentação disponibilizada. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- **ASSUNTOS PARA DELIBERAÇÃO** -----

----- **Ponto I – Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2017 e Mapa de Pessoal** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados, e acrescentou que o orçamento foi elaborado de acordo com as regras legais, com a projeção de despesa de vinte e um milhões de euros face





ao igual montante da receita prevista, realçando, na parte da despesa, o investimento com precisão de apoios comunitários na ordem dos seis milhões até 2018. Referiu que estes investimentos serão repartidos entre 2017 e 2018 e correspondem a investimentos na ordem dos sete milhões, distribuídos pelo PEDU, eficiência energética, requalificação e reabilitação de escolas, modernização do Centro de Negócios e Inovação de Rio Maior, continuidade nos investimentos da rede viária, rede de águas e rede de saneamento e ainda na aquisição dos terrenos para a implementação do projeto da zona ribeirinha, aquisição do edifício da antiga moagem, aquisição de autocarro, independentemente do financiamento comunitário com recurso a receita corrente própria atendendo à boa gestão e aos recursos que neste momento estão disponíveis para poder concorrer aos fundos comunitários e disponibilidade para participar com a componente nacional de 15%. Acrescentou ainda que se pretende continuar a modernização administrativa dos serviços com a apresentação de candidaturas e também dar continuidade das ações junto do Governo Central para a construção do Nó da A15/EN114. Realçou que este orçamento apresenta um aumento de 18,3% para as freguesias em relação ao anterior e também um aumento para o movimento associativo, continuando, no entanto, no trajeto da redução do endividamento municipal e da redução dos prazos médios de pagamento a fornecedores. Relativamente à aparente diminuição dos valores para a área social e para o desporto explicou que não se trata de uma diminuição de verbas mas sim da finalização de prestações que vinham a ser pagas até à data, nomeadamente à Santa Casa da Misericórdia, pela comparticipação na construção do edifício da fisioterapia, e à Desmor. Acrescentou ainda que o que se propõe é aprovação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2017, do Mapa de Pessoal para 2017 e a atualização da taxa prevista no artigo 20.º do Regulamento de Exploração da Estação de Camionagem de Rio Maior por remissão do artigo 39.º do Regulamento de Taxas do Município de Rio Maior. -----

**----- INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS -----**

**----- Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa -----**

----- Iniciou por dizer que se trata claramente de um orçamento de fim de ciclo. Indicou que este consagra efetivamente uma diminuição da dívida, muito por ser uma imposição legal e normativa e não por escolha da maioria, e uma redução do pagamento da dívida a terceiros, o que considera serem factos a valorizar. Continuou dizendo que, no entanto, o que pretende fazer nesta análise é entender o que é que os



números expressam do ponto de vista político, porque a nível técnico não tem dúvida que estará tudo excelentemente bem. Salientou que o que se destaca é a enorme distância entre o prometido pela Coligação PSD-CDS/PP e o que foi feito até ao momento e vem referido no orçamento e plano para 2017 e, mais importante ainda, a distância entre o que é proposto e aquilo que é preciso para o desenvolvimento do concelho de Rio Maior. Perante isto questionou: onde estão as políticas para promover o apoio e a fixação das populações às freguesias rurais? Onde mora uma política fiscal atrativa para a fixação das empresas ao Parque de Negócios e à Zona Industrial? E relativamente às questões do emprego? E a rutura com as políticas do Ministério da Educação, sobretudo nos transportes escolares, já que se continua a pagar uma obrigação legal da administração central? Onde está a habitação social? Onde está a taxa condizente para o século XXI do saneamento básico, quando no concelho mais de 20% da população continua a não ter acesso ao mesmo? Terminou dizendo que, por tudo isto, se conclui que este orçamento se preocupa mais com aspetos acessórios do que com o essencial para garantir no futuro um concelho desenvolvido. Afirmou que este não é o orçamento nem o projeto político da CDU e que face disso o sentido de voto será contra, respeitando, no entanto, que este seja um orçamento de acordo com aquilo que é vontade de quem foi eleito para o executar.-----

----- **Presidente da Junta de Freguesia de Arrouquelas** -----

----- Interveio para reforçar que o aumento de 18% das verbas para as freguesias que está refletido no orçamento é positivo mas que, no entanto, ainda fica aquém daquilo que são as expectativas e as necessidades da freguesia de Arrouquelas e, em princípio, também das outras freguesias. Disse ainda que acredita que a Câmara Municipal no próximo ano, que será o último ano deste mandato, invista nas obras de relevo que há a fazer nas freguesias e em particular na freguesia de Arrouquelas. -----

----- **Deputado Nuno Gonçalo Vitorino Raimundo** -----

----- Prescindiu da palavra por ter visto respondida a questão que iria colocar na apresentação do ponto. -----

----- **Deputado Rui Miguel da Costa e Silva** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por se referir à forma como o orçamento foi apresentado e à missiva que a Presidente da Câmara escreveu nas primeiras páginas do mesmo, dizendo que, em



seu entender, ficou claro quais seriam as grandes opções do executivo que lidera para o ano de 2017, a linha de controlo de diminuição da dívida, porque assim tem que ser, e, naquela que é a sua liberdade de ação, atingir um patamar de sustentabilidade financeira através de uma estratégia de aumento de competitividade do território. Considerou que ficou claro que as duas grandes opções seriam a requalificação da frente ribeirinha, da qual teve oportunidade de ver o projeto, e o apoio às freguesias pela transferência de verbas atempadamente. Continuou dizendo que da análise do orçamento e das grandes opções do plano se pode constatar haver uma clara aposta na requalificação e ordenamento do território, por um lado, mas que por outro lado também se pode constatar que na educação, ação social, cultura, desporto, mercados e feiras e turismo apresentam uma redução em valor absoluto e percentual em relação ao ano anterior. Brincou dizendo que se fosse má-língua diria que em ano de eleições se iria privilegiar a obra à custa do investimento nas pessoas, mas não é isso que quer dizer e explicou que quando se apresentam quadros sem explicações pode gerar interpretações diversas já que não há elementos para avaliar os porquês dos aumentos e das diminuições das verbas. Voltou a dizer que esta é a pecha do orçamento, não se justifica o porquê das verbas, embora, como já referiu, considere que o saneamento básico e a requalificação urbana são a base de qualquer sociedade e da qualidade de vida dos cidadãos. Assim, concluiu dizendo que havendo uma aposta do município nestas duas áreas o seu sentido de voto é a favor deste orçamento para que, no final do próximo ano, possa responsabilizar pela execução de obra nestas duas áreas que considera absolutamente fundamentais para o município.-

----- Em segundo lugar referiu-se ao facto de os portugueses estarem cada vez mais a adotar estrangeirismos ou invés de valorizar a língua portuguesa e pediu, por isso, que no ano de 2017 o folheto da Semana da Juventude possa vir traduzido em português.-

----- **Deputado Filipe Montez Coelho Madeira** -----

----- Iniciou por dizer que da análise do documento considera que este é, provavelmente, o melhor orçamento dos últimos anos porque tem o maior investimento para ao concelho em comparação a anos anteriores, há um bom aproveitamento dos fundos estruturais, beneficia-se da redução da dívida, essencialmente a de curto prazo, que este Executivo conseguiu realizar e através disso ter condições para inverter a diminuição de valor do orçamento anual, ao mesmo tempo em que há uma baixa de impostos, como o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), se reduz a dívida para 8,7 milhões sem penalizar os habitantes do concelho e se aumentam as



transferências para as juntas de freguesia. Reforçou que este é o melhor orçamento e que reúne duas características primordiais: mais investimento e menos dívida. -----

----- **Deputada Carla Cristina Machado Rodrigues Dias** -----

----- Prescindiu da intervenção. -----

----- **Presidente da Câmara** -----

----- Interveio para esclarecer que as diferenças de valores de orçamento para orçamento nas áreas da saúde, educação, turismo, etc., são questões que transitaram de 2015 para o orçamento de 2016 e que agora se encontram já inteiramente pagas, não se prevendo, por isso, no orçamento de 2017, dando a ilusão que a verba afeta a essas áreas diminuiu. -----

----- Acerca das políticas de incentivos, informou que existem já benefícios para empresas que se queiram instalar no Parque de Negócios, como a isenção de IMT, isenção de IMI durante um número definido de anos e outras aprovadas na última Assembleia dirigido às empresas e a quem queria empregos. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com 19 votos a favor, 3 votos contra dos Deputados Municipais Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa, Paulo Manuel Santos Colaço e Suzana Margarida dos Santos Candeias e 3 abstenções dos Deputados Municipais Filipe Vicente Martins, Vera Alexandra Costa Simões e Ana Catarina Coelho Pinto (25 presenças). -----

----- **Declaração de Voto do Deputado Filipe Vicente Martins** que se transcreve na íntegra: -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- “A discussão das Grandes Opções do Plano e do Orçamento municipal traduzem-se em atos políticos de sublime grandeza na vida municipal na medida em que se traduzem na visão que cada partido tem e que pretende para o seu concelho e daí quais deverão ser as prioridades e os planos estratégicos que sejam melhores para todos. O plano e o orçamento da Câmara são, assim, o documento por excelência importante na vida de cada um dos munícipes, pois neles estão, ou deveriam estar, pelo menos, o que são as estratégias do Executivo. Numa lógica de sistema obviamente que o plano e orçamento se traduzem naquilo que foi a sua promessa eleitoral, aquilo que os partidos prometem durante a campanha eleitoral e levam a este instrumento tão importante. Isto é apenas uma verificação. Obviamente, e agora falando aqui do plano e orçamento, verifica-se que foi disponibilizado quatro



mil milhões dentro do PEDU, para muitas coisas mas designadamente para a Villa Romana, para as requalificações da Villa Romana, da frente ribeirinha, do Passo Real, da Praça do Comércio e, salvo erro, da Praça da República, e nesta perspectiva, deixem-me dizer, por acaso não gostei da Assembleia de hoje no sentido em que houve alguns mal entendidos mas tinha entendido perfeitamente sobre esta questão que o Deputado Vargas tinha apresentado, mas parece que foi mal interpretado, fiquem assim um bocadinho desiludido. Eu tenho vindo sempre como cidadão e não como deputado, eu não sou deputado municipal, venho sempre em representação de alguém em falta, e nessa medida tenho gostado das Assembleias e hoje senti-me assim um bocadinho mal. Não gostei. Não gostei da maneira como se reagiu, parece que se estava aqui a fazer uma campanha eleitoral que não é nada disso. E depois o plano e orçamento visam melhorar as redes viárias do concelho, tudo bem, é evidente, aí estamos todos de acordo, a mobilidade urbana na cidade, aqui não há grande referência ao resto do concelho e fala exclusivamente da cidade, mas pronto, com certeza que abrangerá a todos, nas redes de água, e eu entendo aqui que deverá ser o melhoramento das redes de água e depois, mais ou menos de forma exaustiva, a Senhora presidente explica no preâmbulo do plano investimentos na área da educação, da cultura, do associativismo, das áreas sociais, etc., e não vi uma única referência realmente para a criação de novas redes de saneamento básico no meio rural, sabendo nós que a cidade tem, se os números não me falham, nos últimos censos dez mil habitantes, mas há doze mil que não vivem cá, vivem fora, esses também têm direito e há muito que anseiam por uma rede de saneamento que não temos, não vejo aqui efetivamente projetos, há efetivamente, não estou a dizer que não, na página 69, na rubrica do saneamento básico verbas disponibilizadas entendo que seja para manutenção e reparação das existentes, não vi lá nenhum projeto por exemplo para a zona oeste onde nem se sabe o que é isso e falo da zona oeste que é a que eu conheço melhor. Nesta medida e dentro daquilo que votamos relativamente às taxas quer de IRS quer para as taxas do IMI, reiteramos aqui aquilo que dissemos na declaração de voto que fizemos porque elas agora se refletem efetivamente no plano e orçamento, ficaram aquém, ficaram muito aquém daquilo que poderia ter sido dado e feito e também porque não foram contempladas sequer, e como aqui foi referido também na altura, as coletividades, poderiam ter sido contempladas nas taxas de IMI no final de cada ou de seis em seis meses conforme tenham que pagar em uma ou duas prestações é doloroso o pagamento da taxa que lhe aparece para pagar, isto



seria uma forma indireta de subsidiar também as coletividades. Nesta medida e porque entendemos que efetivamente este programa é o vosso programa, é o vosso orçamento, não seria o nosso porque seguramente em algumas áreas seriam coincidentes, portanto não temos dúvida nenhuma que todos nós queremos o mesmo, é o melhor para o concelho, as maneiras de lá chegar é que são variáveis de uns para os outros e conforme o partido que esteja no executivo ou a governar e nessa medida justifico assim a nossa abstenção.” -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Antes de prosseguir deixou a nota de que só permitiu que o Partido Socialista se estendesse na declaração de voto porque não teve intervenção no ponto, mas que devia ter tido, porque uma declaração de voto não é aquilo que foi feito, que foi uma intervenção. Agradeceu que isto não sirva de exemplo e que sejam utilizados os tempos que são concedidos a cada bancada para intervir no período certo, até para que possa haver direito de resposta por parte de quem ainda tiver direito a falar e não aproveitar as declarações de voto para fazer uma declaração unilateral que à partida não tem direito de resposta. Referiu que para além do teor também o tempo foi largamente ultrapassado para o que está regimentado para uma declaração de voto que deve ter no máximo três minutos. -----

----- Esclareceu ainda, relativamente à moção apresentada, que caso a esta fosse de recomendação ele próprio teria ido junto os líderes de bancada como tem sido habitual, mas sendo apresentada como moção de censura não lhe permitiu tentar consensos porque é uma iniciativa política, com peso, com substância e que responsabiliza quem a traz aqui e não uma proposta que seja geradora de consensos, bem pelo contrário. Considerou que há que ter consciência disso e admitiu que possa ter havido infelicidade no termo, considerando quem a apresentou, e que não se tenham expressado de forma correta, mas as palavras têm peso e há que ter a noção de que censura é uma coisa, recomendação é outra. -----

----- **Declaração de Voto do Deputado João Figueiredo Vargas Lopes** que se transcreve na íntegra: -----

----- “Votei a favor, como já tinha intenção de votar, e para que as pessoas possam perceber que eu votei a favor e que a moção, como o Senhor disse talvez infeliz no termo, não tinha a ver com a situação do Executivo porque eu concordo com este investimento, estive em reuniões onde foi discutido, simplesmente havia um ponto que era menos claro e espero que o Executivo não possa ser penalizado pela opinião



pública por esta situação, daí a minha preocupação e trazer esta moção. Foi mal interpretada, é natural, peço desculpa. Voto a favor do orçamento.” -----

**----- Ponto II – Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos – Ano 2017 -----**

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados, informando que se trata de uma obrigação legal trazer, no âmbito da Lei dos Compromissos, para o ano de 2017 esta autorização e que a proposta de deliberação é a emissão de autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal, nos seguintes casos: a) quando resultem de projetos, ações ou de outra natureza constantes das Grandes Opções do Plano; b) quando os seus encargos não excedam o limite de 99 759, 58€ em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos; -----

----- Que a assunção de compromissos plurianuais a coberto da autorização prévia que ora se propõe só se faça quando, para além das condições previstas no número anterior, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, com as normas resultantes da regulamentação operada pelo Decreto-lei n.º 127/2012, de 21 de junho e uma vez cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas; -----

----- Que possa vir a ser delegada na Presidente da Câmara a assunção de compromissos plurianuais relativa a despesas de funcionamento de carácter continuado e repetitivo, desde que previamente dotada a rubrica da despesa prevista no orçamento, nos termos do n.º 1, até ao montante permitido por lei, no âmbito do regime de contratação pública; -----

----- Que o regime de autorização ora proposto se aplique à Câmara Municipal relativamente a todas as assunções de compromissos durante o ano de 2017, desde que respeitadas as condições contantes dos n.ºs 1 e 2; -----

----- Que em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal seja presente uma informação da qual constem os compromissos plurianuais assumidos, ao abrigo da autorização prévia genérica. -----

**----- INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS -----**

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com 23 votos a favor e 3 abstenções dos Deputados Municipais Antónia Maria Falcão Miranda





Manso Corrêa, Paulo Manuel Santos Colaço e Suzana Margarida dos Santos Candeias (26 presenças). -----

----- **Ponto III – Contrato Programa para o ano de 2017 – Desmor, E.M.S.A.** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados, lembrando, mais uma vez, que se trata de uma empresa 100% municipal que é, atualmente, autossuficiente desde que foi implementado o novo modelo de gestão e de internacionalização. Acrescentou que este contrato permite que a Câmara Municipal compre à Desmor aquilo que é política desportiva do Município, suportando o custo social das taxas que são cobradas aos munícipes. Assim sendo informou que aquilo que se propõe a aprovação da celebração do contrato programa para o ano de 2017 entre a Câmara Municipal de Rio Maior e a Desmor, E.M., S.A. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** -----

----- Referiu que a Desmor nos últimos anos tem habituado ao cumprimento do Plano de Atividades e Orçamento de uma forma bastante cabal e boa, saudando, por isso, a redução de dependência do município em mais 1,1% e nesse contexto concluir que os autores desta diminuição são os trabalhadores e a gestão da Desmor, que tem vindo a permitir que se esteja no patamar atual. Não obstante, deixou para reflexão a relação e a posição dos trabalhadores não entendendo porque é que não se lhes aplica o horário de trinta e cinco horas semanais, porque é que ainda nada foi feito quanto à retirada do prémio de produtividade e também em relação à situação do trabalho ao fim de semana. Questionou ainda porque é que se tratando de uma empresa municipal, em tudo separada do município, não se encontra qualquer referência aos custos de água e eletricidade no contexto da Desmor, daí se depreendendo que estes são pagos pela câmara e que seria coerente que fossem assumidos pela empresa e traduzidos nas suas próprias contas. Saudou os investimentos efetuados, como os campos de ténis e paddle, mas referiu que tendo a CDU uma visão integrada do concelho, e não diminuindo a saudação que foi feita, questionou para quando a construção e recuperação dos equipamentos das freguesias e deixarmos de ter uma cidade do desporto para termos um concelho do desporto. -----

----- **Deputado Luis Alberto Santos Tirano Ferreira** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----



----- Referiu que da análise da documentação quis partilhar alguns números que considera impressionantes como os vinte e três países que estiveram representados no centro de estágios, os cento e quarenta e dois atletas olímpicos e paralímpicos, as vinte mil dormidas e o facto de a Desmor estar já entre as empresas grandes empregadoras do concelho com oitenta e dois trabalhadores. Por tudo isso, endereçou os parabéns ao Executivo pela escolha que fizeram e à atual direção pelo trabalho desenvolvido desde que está em funções. -----

----- **Deputada Ana Catarina Coelho Pinto** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Informou que se irá abster neste ponto por uma questão ética, visto ser trabalhadora da Desmor. No entanto afirmou que ao ler que foram alcançados resultados históricos do complexo desportivo e do centro de alto rendimento e a afirmação de que se trata de “um desafio para todos os trabalhadores desta empresa, porque só equipas de excelência poderão continuar a potenciar resultados de excelência”, não quis deixar de referir esse reconhecimento e congratular-se pelos 45% de internacionalização, tendo só pena que há sete anos que é pedida aplicação de um sistema de avaliação sem que a mesma exista, que não haja uma política de recursos humanos integrada e que estejam por resolver questões como a das horas, considerando que numa empresa de excelência os trabalhadores são esquecidos. -----

----- **Deputado Filipe Montez Coelho Madeira** -----

----- Interveio para se referir em concreto ao valor previsto no contrato-programa e não tanto à gestão, dizendo que é notória a maior autonomia da Desmor em relação à câmara e face aos serviços que presta à comunidade riomaiorense e ao concelho. Realçou a contínua redução dos valores transferidos e lembrou que face aos valores de há sete anos a descida foi significativa o que demonstra efetivamente essa maior autonomia e melhor gestão. Afirmou a contínua redução dos valores é um facto e que também não haverá dúvidas de que os serviços prestados pela Desmor são melhores e dão uma melhor imagem à cidade e ao concelho, considerando, no entanto, que realmente se quiser manchar os objetivos essenciais pode sempre arranjar-se questões de pormenor, que podem ser importantes, mas que cômputo que está em causa, maior autonomia e menor responsabilidade da câmara face a este serviço, considerou que os aspetos positivos são mais do que os menos bons. Relativamente à gestão da Desmor entende que tudo aquilo que foi dito num sentido mais crítico pode ser sentido como sugestões que poderão ou não ser acatadas pelos responsáveis



pela gestão da Desmor. Voltou a referir que o mais importante é efetivamente realçar a boa gestão, um maior grau de autonomia da Desmor e a prestação de melhores serviços com a inclusão de um investimento com a piscina exterior para uso de todos. Disse ainda que se pensar nos acontecimentos ocorridos em 2016, como por exemplo os jogos olímpicos, poderíamos pensar que a gestão da Desmor beneficiou dos mesmos e que em 2017 por não estarem previstos nenhuns eventos dessa dimensão pudesse haver um recurso ao aumento de apoio da câmara, mas tal não acontece como se pode ver no plano de atividades apresentado. Considerou, por tudo isto, que o montante presta vários serviços que a política de desporto da Câmara pretende para o concelho e dentro das capacidades e limitações que temos. -----

----- **Presidente da Câmara** -----

----- Pediu que fosse dada a palavra ao Vereador João António Lopes Cadoso para prestar esclarecimentos. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Deu a palavra ao Vereador da Câmara Municipal. -----

----- **Vereador João António Lopes Cadoso** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por dizer que estando presente no evento oficial teve o orgulho de ver a Desmor ser reconhecida como um exemplo para o país, que é resultado de uma política implementada desde 2009 com a gestão profissional que, pegando no trabalho já feito, o elevou a um nível de excelência que tem hoje. Disse ainda que a Desmor, cumprindo aquilo que é a sua missão, durante o ano de 2016 fez investimento de requalificação das piscinas exteriores o que levou a que os trabalhadores da piscinas passassem a trabalhar ao domingo, o que acontecia apenas no centro de estágio, e para o efeito foram feitos todos os procedimentos legais incluindo uma reunião com os próprios onde foi encontrada uma solução a que não houve qualquer oposição. Acrescentou que nas empresas municipais se aplica o direito privado no que respeita a direito de trabalho e que neste momento estão a ser pensados e elaborados os regulamentos interno e de avaliação para que se possam definir condições e alterações, como por exemplo a duração do horário de trabalho, mas que neste momento há que cumprir a legislação em vigor que estipula as quarenta horas semanais. Reforçou que os trabalhadores da empresa são um dos pontos fortes da mesma e referiu que muitas das equipas nacionais e internacionais se sentem mais do que bem recebidos por estes profissionais recomendando, por isso, o centro de



estágio. Por tudo isto, disse que não gostaria de ver a política metida dentro das empresas municipais, que são de referência, nomeadamente a Desmor e a Escola Profissional de Rio Maior, reconhecendo que até há data isso nunca aconteceu e gostaria que assim permanecesse. Lembrou ainda que antes de 2009 havia períodos no centro de estágios em que não havia ocupação e utilização e os trabalhadores paravam e não tinham funções, recebendo igualmente o seu salário de direito, e que hoje, felizmente, o centro de estágio é raro estar um dia sem ocupação, dando conhecimento de que em 2016 houve mais de vinte mil dormidas e para o ano de 2017 mais de dez mil já estão marcadas, cerca de 50% da capacidade. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Chamou à atenção, mais uma vez, para o cumprimento das normas de regimento dizendo que apesar de todas as informações prestadas pelo Vereador terem sido úteis e interessantes, não houve resposta nenhuma com exceção da questão das trinta e cinco horas, o restante foi uma intervenção que se justificaria na apresentação do ponto. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com 27 votos a favor e 1 abstenção da Deputada Municipal Ana Catarina Coelho Pinto (28 presenças). -----

----- **Declaração de Voto do Deputado Carlos Jorge Coelho Neto** que se transcreve na íntegra: -----

----- “A minha declaração de voto neste ponto vem no sentido de me congratular com a gestão feita até agora pelos atuais dirigentes, uma palavra especial para o Vereador Engenheiro Cadoso e uma palavra muito especial também para a Dr.<sup>a</sup> Diva Cobra, no seu lugar compreendo que não foi fácil no início substituir um elemento como o seu antecessor, mas deixe-me que lhe diga que foi uma agradável surpresa para mim e penso que também para os meus colegas de bancada. Relativamente à Desmor, só para fazer aqui uma pequena confissão, tive a oportunidade de estar num evento de amigos esta semana, onde estava presente um utilizador da Desmor, que me confidenciou, e estava junto a outra pessoa que eu não tenho problema e posso dizer o nome, era o Senhor Vice-Presidente da Federação Portuguesa de Futebol. Rui Manhoso, e estava o Rui Jorge, que é amigo de um grande amigo meu, e ele confessou-me o seguinte, quase a meias palavras para o Senhor Rui Manhoso não o ouvir, “eu prefiro de longe estar em Rio Maior na Desmor, sinto-me em casa, do que prefiro estar na cidade do futebol”, isto para transmitir que realmente a Desmor é hoje



uma empresa cada vez mais autónoma, caminha sozinha e que acolhe cada vez melhor os seus participantes. Só em nota de rodapé, quero só congratular-me também com a atribuição do nome do auditório ao Professor Albino Maria, tive em representação da Mesa da Assembleia, tive um orgulho enorme em receber a família, minha conterrânea Olga e os seus dois filhos, perpetuam assim o nome de um grande homem que fez muito por esta cidade.” -----

----- **Ponto IV – Contratação de empréstimo de curto prazo para ocorrer a dificuldades de Tesouraria no ano 2017** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta é a contratação, em 2017, de empréstimo de curto prazo até ao montante de 900.000,00€, com prazo até 31 de dezembro do mesmo ano, taxa de juro indexada à Euribor a 6 meses e Spread de 0,7%, ao Banco Português de Investimento. Acrescentou que se trata de um empréstimo que é contraído em janeiro e obrigatoriamente tem que ser liquidado até dezembro e é utilizado em função das necessidades de disponibilidade de tesouraria.--

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes (28 presenças). -----

----- **Declaração de Voto do Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** que se transcreve na íntegra: -----

----- “A CDU votou favoravelmente porque este empréstimo não conta para o endividamento e é pago durante o próximo ano. Desta forma a CDU permite que a Câmara resolva os eventuais problemas de tesouraria.” -----

----- (A Presidente da Câmara ausentou-se da sala por momentos.) -----

----- **Ponto V – Relatório de Acompanhamento do PAEL – 3º Trimestre de 2016** ---

----- O Vice-Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta é que a Assembleia fiscalize e faça o acompanhamento do desenvolvimento deste programa. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputado Rui Miguel da Costa e Silva** -----

----- Interveio para dizer que a sua perplexidade mantém-se a mesma dos últimos anos em que pertence a este órgão porque, pelo que percebe, a competência da Assembleia nesta matéria é o acompanhamento e monitorização do PAEL.



Considerou que não sabe qual o significado de qualquer dos sentidos de voto e considera que este deveria ser um assunto para conhecimento e não para deliberação. Indicou que se irá abster, porque o seu voto, nesta situação, não tem nenhuma razão de ser. -----

----- **Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** -----

----- Indicou o sentido de voto da bancada da CDU de abstenção. Quia ainda referir uma questão que salta à evidência ao comparar os resultados desta política quanto ao preço das tarifas de água, de recolha de resíduos sólidos e de saneamento básico, dizendo que até 30 de setembro há aumentos na ordem dos 130 % relativamente aos objetivos propostos. Considerou que estes aumentos, no entender da CDU, obscenos e não há nenhum ato de contrição que venha a ser tomado pelo executivo relativamente ao futuro nestas matérias que possa apagar estes danos que a CDU continua a criticar e a lutar pela sua revogação. -----

----- **Deputado António Carlos e Silva Antunes Figueiredo** -----

----- Disse que como se pode observar pelos documentos relativos ao orçamento e a este a relatório, se prevê investimento e a continuação da redução do endividamento do município, ou seja, equilíbrio financeiro, acrescentando que existe esta possibilidade dada a gestão coerente e criteriosa, com a redução das taxas, sem que se comprometa o investimento. Indicou o sentido de voto da bancada da CJP como favorável. -----

----- **Deputado Filipe Montez Coelho Madeira** -----

----- Iniciou por fazer uma correção à percentagem apontada pela Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa, dizendo que a referência a um aumento de 136% é na verdade um aumento de 36% face ao valor que estava previsto, ou seja, a taxa de execução neste momento são 136% o que corresponde a um aumento de 36% e não de 136%. Afirmou que a análise da execução das receitas e das despesas vem permitir constatar que, em relação a 2016, será possível aliviar algumas taxas em 2017, lembrando que essa medida já foi assumida em reuniões anteriores pelo executivo e que lhe parece coerente. Concluiu que em termos de relatório de acompanhamento se pode verificar que há uma monitorização constante e a ser aplicadas medidas em conformidade para o ano de 2017. -----

----- **Vice-Presidente da Câmara** -----

----- Esclareceu que os aumentos feitos foram necessários para o equilíbrio considerando as obras de construção e manutenção necessárias em todo o concelho,



nomeadamente na Vila da Marmeleira que só essa foi no valor de quase seiscentos mil euros. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com 20 votos a favor e 4 abstenções dos Deputados Municipais Rui Miguel da Costa e Silva, Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa, Paulo Manuel Santos Colaço e Suzana Margarida dos Santos Candeias (24 presenças). -----

----- **Ponto VI – Apreciação e submissão à Assembleia Municipal para aprovação da Proposta de Dissolução da LT- Sociedade de Reabilitação Urbana, EM, (LT-SRU)** -----

----- O Vice-Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta é a dissolução da LT-SRU, nos termos do Projeto de Dissolução e Liquidação elaborado para o efeito, para que posteriormente a Câmara Municipal proceda à celebração do Acordo de Partilha de Bens juntamente com os restantes Municípios participantes. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes (27 presenças). -----

----- **Declaração de Voto do Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** que se transcreve na íntegra: -----

----- “Votamos a favor da extinção porque somos contra a alienação da competência na área política dos solos, regeneração urbana e urbanismo por parte do município para as CIM’s.” -----

----- (A Presidente da Câmara voltou à sala neste momento.) -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Previamente à apresentação dos pontos VII e VIII e da abertura de inscrições para intervenção dos membros da Assembleia Municipal colocou à consideração que mesmos fossem discutidos em simultâneo e votados per si. A proposta foi aceite por unanimidade dos presentes (27 presenças). -----

----- O Presidente da Assembleia Municipal deu de seguida a palavra à Presidente da Câmara para apresentar os pontos e abriu as inscrições para a discussão dos mesmos. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----





----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados e interveio referindo que o prazo para estas situações foi alargado permitindo que estes pedidos ainda possam ser considerados. Fez referência que os pedidos têm enquadramento legal no Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro e na Portaria n.º 68/2015, de 9 de março e que este é um dos passos que tem que ser cumprido, entre outros, e que o não reconhecimento inviabiliza, desde logo, o procedimento de ter seguimento nas entidades próprias, levando, consequentemente ao encerramento das instalações por impossibilidade de regularização. -----

----- Após apresentação disse que a proposta de deliberação para ambas as declarações é reconhecer o interesse público municipal na regularização de instalação de exploração pecuária em nome de Agropecuária Alexandre e Peres, Lda., sita em Charneca, União de Freguesias de Outeiro da Cortiçada e Arruda dos Pisões e da instalação de exploração pecuária em nome de Maria Fernanda Bento Santos, sita em Casais Monizes, Freguesia de Alcobertas. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputado Rui Miguel da Costa e Silva** -----

----- Iniciou por dizer que quando nos envolvemos em algo, como fazer parte de uma Assembleia Municipal, todos somos idealistas e estamos convictos das nossas razões, mas que depois, o confronto com os factos e com a condição humana, vão construindo um sentimento de desilusão que conduz ao cinismo e esse é um estado de alma em que se deixa de ser útil a nós próprios e aos outros. Confessou que todos os dias, perante a realidade, luta para não se deixar arrastar pela desilusão e manter vivos os seus ideais que assentam em dois princípios: que as regras servem as pessoas e não as pessoas que estão ao serviço das regras e que nas nossas relações uns com os outros devemos pautá-las pela honestidade. Posto isto, referindo-se aos pontos em discussão disse que lhe apresentassem a situação como duas famílias que adquirem o seu sustento em atividades que não cumprem regras, se lhe dissessem que a legalização violando regras não traz nenhum prejuízo ao interesse público, não teria a menor dúvida em ser cúmplice deste incumprimento de regras, mas, a seu ver, não é isso que está em causa, o que é apresentado são duas empresas familiares com três e um trabalhadores e que faturam cento e trinta e cinco mil euros e treze mil euros, considerando-se no parecer técnico e deliberação estas como de “interesse público de reconhecido interesse regional e nacional e que se trata de uma atividade



que de forma inequívoca irá potenciar o desenvolvimento económico e social da região”. Disse compreender a posição dos proprietários mas se o que está em causa é votar estes pareceres a sua posição só pode ser uma, é não. Acrescentou que se querem que haja honestidade que vote do outro lado então não tragam estes pareceres e digam claramente o que está em cima da mesa e não andar a esconder a realidade com pareceres técnicos ridículos. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Finda a intervenção, passou à votação ponto por ponto. -----

----- **Ponto VII – Declaração de Interesse Público Municipal em nome de Agropecuária Alexandre & Peres, Lda. - Proc. 133/2016** -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com 16 votos a favor, 2 votos contra dos Deputados Municipais Rui Miguel da Costa e Silva e Nuno Gonçalo Vitorino Raimundo e 9 abstenções dos Deputados Municipais António Carlos e Silva Antunes Figueiredo, José Casimiro Fróis Ferreira, Inês Guerra Vargas, Francisco Manuel Carriço Pereira Esperto, Luis Alberto Santos Tirano Ferreira, Joana Filipa Ferreira Tirano, Presidente da Junta de Freguesia de Arrouquelas e o Presidente da Assembleia Municipal (27 presenças). -----

----- (Todas as declarações de voto se referem aos pontos VII e VIII, conforme indicado pelos deputados que as fizeram, à exceção da do Presidente da Assembleia Municipal). -----

----- **Declaração de Voto do Deputado Rui Miguel da Costa e Silva** que se transcreve na íntegra: -----

----- “Votei contra, não porque não tenha entendido as pretensões dos proprietários com os quais estou solidário, mas porque não aceito que esta Assembleia se deixe envolver nestes esquemas.” -----

----- **Declaração de Voto da Deputada Joana Filipa Ferreira Tirano** que se transcreve na íntegra: -----

----- “A minha declaração, sinceramente, vai no sentido de que me parece que se está a tornar um hábito, me parece que se está a tornar ridículo, o atestado que estão a passar aos deputados municipais constantemente. Quem teve oportunidade de ler estes documentos sobre o que nós vamos votar agora e votamos a seguir, vemos que por exemplo o que vamos votar a seguir, que eu vou manter a minha vontade de voto portanto posso falá-lo já, estamos a falar de um posto de trabalho. Meus amigos, não é preciso tirar direito para perceber que um posto de trabalho não é interesse público é interesse particular do dono desta empresa e quando falamos agora neste momento e



à qual há um trabalhador desta casa, que por acaso vi a assinatura e a qual estimo muito a nível pessoal, que inclusive faz um parecer em que diz que base de rendimentos da família requerente, então calma, estamos a falar de uma família inteira ou estamos a falar de um requerente? É que há aqui uma grande diferença que é retirarmos os rendimentos de uma família inteira ou os deputados municipais se responsabilizarem por tirarem o rendimento de uma pessoa que tira ao mês à volta de mil e oitenta e seis euros durante 2015, não é? Não façam dos deputados municipais como se eles não soubessem ler. Eu acho que não podemos tornar isto um hábito, quando falamos em, por exemplo, uma construção de 2011, nós achamos que sim. Eu não acho que sim, as pessoas têm que se responsabilizar por aquilo que constroem.” -

----- **Declaração de Voto do Deputado João Figueiredo Vargas Lopes** que se transcreve na íntegra: -----

----- “A minha abstenção vai no sentido que tive anteriormente na última Assembleia em que uma situação destas também teve para votação. Na altura, discutidos e aconselhado pelo Senhor Presidente da Assembleia, depois de esclarecido, porque da primeira vez como se recordam eu abandonei a sala, não me sentia em condições de votar um ponto destes sendo eu amicíssimo das pessoas em questão, mas entendendo o nosso ponto, a nossa situação e a nossa responsabilidade. Neste momento eu sinto essa mesma responsabilidade portanto o meu sentido foi a abstenção e quero-vos dizer e lembrar às pessoas aqui que votaram certas situações que vieram aqui do domínio público dos jornais e da televisão daquilo que aconteceu e nós concedemos-lhe estatuto de utilidade pública, correto? Essas pessoas que votaram contra e sempre estiveram estão cheias de razão e pergunto nós que estamos aqui e temos que obedecer a uma situação partidária e votamos a favor, eu fico muito contente por ser independente e votar à minha maneira e em minha consciência. O meu sentido é abstenção.” -----

----- **Declaração de Voto do Deputado António Carlos e Silva Antunes Figueiredo** que se transcreve na íntegra: -----

----- “Considerando que em tempo útil os documentos fornecidos não permitiram chegar a uma conclusão que sustente um sentido de voto, que em tempo útil também não foi possível recolher dados adicionais pelas diversas vias e que todos os dados que até ao momento foram reunidos não permitiam indicar um sentido de voto, absteve-me ciente que todos os dados recolhidos e informação fornecida nada mais indicam que se trata de uma micro/pequena exploração e que não justifica estes



meios. Mais para mais que a referida lei, como já foi falado, esteve em vigor, foi entretanto prorrogado o prazo, mas nem tão pouco foi demonstrado esse interesse em devida altura.” -----

----- **Declaração de Voto do Deputado Filipe Vicente Martins** que se transcreve na íntegra: -----

----- “À semelhança das situações anteriores, e que já foram várias nesta matéria, nos votamos a favor e entendo que estas situações são muito pontuais, têm base legal, têm enquadramento legal, têm parecer técnico positivo, e isto não significa, parece-me que há aqui alguma confusão, isto não significa a legalização automática destas situações, isto é apenas um elemento que vai ou não contribuir para que estas situações sejam regularizadas, portanto isto é apenas um parecer e tendo parecer técnico não vai de modo algum, pelo menos acreditando e fazendo boa-fé do que está escrito, que vá violar as regras ambientais ou seja de outra natureza. Portanto isto são situações porque existe uma situação efetivamente ilegal, vamos mantê-la assim? Ou é preferível trazê-la para a legalidade? Esta é a questão que se põe e eu penso que é preferível trazê-la para a legalidade, é apenas um elementos para a sua legalização, depois disto terão que ter projeto de obras que fizeram, de licenciamento respetivo, etc., etc., até à licença de utilização, portanto isto é apenas um elemento e nessa perspectiva votei a favor e votamos a favor, tal como fizemos nas situações anteriores.” -----

----- **Declaração de Voto do Presidente da Assembleia Municipal** que se transcreve na íntegra: -----

----- “Eu gostaria que ficasse consignado que me abstenho porque tenho relações de natureza profissional com a Agropecuária Alexandre & Peres, Lda. e portanto essa é a razão.” -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Antes de colocar a votação o próximo ponto voltou mais uma vez a esclarecer que este é apenas um procedimento indispensável para que as outras entidades se pronunciem e que se há pareceres que referem o interesse nacional quando ele não existe a responsabilidade é de quem os emite, cabendo a cada um fazer o seu juízo. Acrescentou que é uma formalidade que a lei exige para a instrução do processo e que o regime foi prorrogado por mais um ano permitindo que fossem agora presentes estes processos para deliberação dentro do prazo para o efeito. -----



**----- Ponto VIII – Declaração de Interesse Público Municipal em nome de Maria Fernanda Bento Santos - Proc. 134/2016 -----**

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com 17 votos a favor, 2 votos contra dos Deputados Municipais Rui Miguel da Costa e Silva e Nuno Gonçalo Vitorino Raimundo e 8 abstenções dos Deputados Municipais António Carlos e Silva Antunes Figueiredo, José Casimiro Fróis Ferreira, Inês Guerra Vargas, Francisco Manuel Carriço Pereira Esperto, Luis Alberto Santos Tirano Ferreira, Joana Filipa Ferreira Tirano, Presidente da Junta de Freguesia de Arrouquelas (27 presenças). -----

**----- Ponto IX – Projeto de Regulamento Social dos Bombeiros Voluntários de Rio Maior -----**

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta é aprovar o projeto de Regulamento Social dos Bombeiros Voluntários de Rio Maior. Disse ainda tratar-se de um regulamento social para os bombeiros voluntários que é uma aspiração que vem de há muito anos, até antes da sua liderança, e que até então não tinha sido possível por diversos motivos e dúvidas da sua legalidade, mas que agora se encontram esclarecidas e, por isso, em entendimento com a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Rio Maior propõe-se agora a aprovação deste projeto que inclui medidas e benefícios que serão de apoio a quem é bombeiro por todo o serviço público e de ajuda que desenvolvem junto da comunidade. -----

**----- INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS -----**

**----- Deputada Joana Filipa Ferreira Tirano -----**

----- Referiu que da análise dos documentos concluiu que este regulamento se traduz numa feliz colaboração entre o executivo e os bombeiros. Disse que sendo um regulamento de concessão de regalias sociais aos elementos ligados à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Rio maior é um instrumento de carácter social e vem reconhecer o exercício de uma atividade nobre, de voluntariado desempenhada por estes heróis do concelho. Relevou alguns pontos que constam do regulamento como a compensação do IMI, redução de algumas taxas e ainda alguns pontos próprios e concretos que ajudarão os bombeiros que estão no terreno. Parabenizou o executivo pela concretização de um projeto que vinha já de alguns anos e considerou de grande justiça a implementação destes benefícios. -----

**----- Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa -----**



----- Considerou que nunca é tarde para se aprovarem medidas de reconhecimento e este surge agora, como um princípio de valorização e reconhecimento de toda a comunidade riomaiorense do trabalho dedicado e generoso dos Bombeiros Voluntários de Rio maior. Disse que em opinião da CDU poder-se ía ter ido mais longe mas que, de qualquer forma, felicitam por esta configuração de documento. Acrescentou que esperam que este exemplo possa ser extensível, com os devidos ajustes, aos dirigentes e colaboradores das instituições sem fins lucrativos, também voluntários, e que tornam o concelho de Rio maior mais vivo, evitando, desta forma, desigualdades e tornando as coisas devidamente legais e organizadas. -----

----- **Deputado António Carlos e Silva Antunes Figueiredo** -----

----- Concordou em tudo com a intervenção da Deputada Joana Filipa Ferreira Tirano e acrescentou que efetivamente para os conhecidos soldados da paz que arriscam a própria vida naqueles momentos em que tudo falha, isto é a prossecução de uma política social que compete a todo o ser humano e a todas as organizações que por nós são geridas e, neste caso, o município desempenha e bem a sua função social de apoiar quem tanto apoia todos sem olhar a quê, a quando ou a quem. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes (28 presenças). -----

----- **Declaração de Voto do Deputado Rui Miguel da Costa e Silva** que se transcreve na íntegra: -----

----- “A minha declaração de voto é simples, eu gostaria de poder votar duas vezes, uma pelos bombeiros, outra pelas famílias dos bombeiros.” -----

----- **Ponto X – Criação do sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da grande Lisboa e Oeste e constituição da sociedade anónima concessionária do mesmo e criação de um novo sistema multimunicipal por cisão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta é a emissão de parecer favorável à criação, por decreto-lei, do sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da Grande Lisboa e Oeste, abreviadamente designado por «sistema», por cisão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo resultante da agregação de sistemas que foi criado pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, ("sistema este que, após a cisão, passa a



adotar a denominação de sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Vale do Tejo"), tendo o novo sistema o mesmo âmbito do sistema multimunicipal de saneamento da Costa do Estoril, criado pelo Decreto-Lei n.º 142/95, de 14 de junho, alterado pela Lei 92-A/95, de 28 de dezembro, do sistema multimunicipal de saneamento do Tejo e Trancão, criado pelo Decreto-Lei 288-A/2001, de 10 de novembro, e, apenas na vertente de saneamento de águas residuais, do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Oeste, criado pelo Decreto-Lei n.º 305-A/2000, de 24 de novembro, que foram extintos pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, e integra os mesmos e seguintes utilizadores daqueles sistemas: municípios de Alcobaça, Alenquer, Amadora, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Cascais, Lisboa, Loures, Lourinhã, Mafra, Nazaré, Óbidos, Odivelas, Oeiras, Peniche, Rio Maior, Sintra, Sobral de Monte Agraço, Torres Vedras e Vila Franca de Xira; -----

----- A emissão de parecer favorável à constituição, pelo mesmo decreto-lei, da sociedade concessionária da exploração e gestão do sistema, e à celebração com esta de um contrato de recolha; -----

----- Aprovar o Acordo Parassocial a celebrar entre todos os acionistas da Águas do Tejo Atlântico, S.A., e que visa regular algumas matérias relativas à sociedade; -----

----- Confirmar a manutenção da integração do Município na sociedade concessionária da exploração e gestão do sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da Grande Lisboa e Oeste, a Águas do Tejo Atlântico, S.A., sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, por cisão da sociedade Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A., constituída pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, com dispensa de elaboração e registo do projeto de cisão, (sociedade esta que, após a cisão, passa a adotar a denominação de "Águas do Vale do Tejo, S.A."), detendo nela o Município a participação acionista que figura no anexo 1 ao projeto de decreto-lei; ---

----- A emissão de parecer favorável sobre: **i)** a cisão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo resultante da agregação de sistemas que foi criado pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio (sistema este que, após a cisão, passa a adotar a denominação de sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Vale do Tejo), mediante a criação de um novo sistema multimunicipal; **ii)** a cisão da Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A., com a constituição através do mesmo decreto-lei das Águas do Tejo Atlântico, S.A.; e **iii)** as consequentes alterações quer do sistema multimunicipal de





abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do tejo, que à Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A., constantes do projeto de decreto-lei. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputado Rui Miguel da Costa e Silva** -----

----- Indicou o sentido de voto como favorável mas disse ter ficado confundido com duas situações com que se deparou na análise dos documentos, uma delas é a reversão das empresas de água que foram impostas aos municípios (questionando-se se aquilo que estão agora a fazer não é exatamente a mesma coisa e se todos votassem contra qual seria o resultado prático. Afirmou ainda que não conseguiu também perceber o que é que se irá ganhar com tudo isto. -----

----- **Presidente da Câmara** -----

----- Pediu que fosse dada a palavra ao Vice-Presidente para prestar os esclarecimentos. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Deu a palavra ao Vice-presidente da Câmara Municipal. -----

----- **Vice-Presidente da Câmara** -----

----- Disse que efetivamente não é fácil perceber o porquê de se ir começar novamente tudo de novo. Considerou que há neste processo uma vantagem que é o facto de os municípios irem pagar cerca de menos dez cêntimos por m<sup>3</sup> de saneamento embora só em 2027. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes (28 presenças). -----

----- **Declaração de Voto da Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** que se transcreve na íntegra: -----

----- “Nós votamos a favor porque estão assegurados desta forma, os capitais públicos da empresa e gestão pública da empresa evitando assim os interesses dos lobbies das empresas de saneamento e águas residuais.” -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Nos termos do n.º 7 do artigo 68º do atual Regimento, o Presidente da Assembleia Municipal propôs a aprovação em minuta dos assuntos aprovados na presente sessão. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes (28 presenças). -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----



----- Deu a palavra ao público presente para as intervenções e explicou a condições em que seriam feitas de acordo com o regimento da Assembleia Municipal, de forma a ser do conhecimento de todos os presentes. -----

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- **ENCERRAMENTO** -----

----- Quando eram dezassete horas e trinta minutos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrados os trabalhos da presente sessão, da qual, e para constar se lavrou minuta parcial para efeitos imediatos e a presente ata que vai ser apresentada na sessão seguinte para aprovação global e assinada pela mesa. -----

----- **O PRESIDENTE DA MESA:** \_\_\_\_\_

----- **O PRIMEIRO SECRETÁRIO:** \_\_\_\_\_

----- **A SEGUNDA SECRETÁRIA:** \_\_\_\_\_